

O Patrimônio da Ilha Encantada do Rei Sebastião no Cenário do Ecoturismo e das Unidades de Conservação

Madian de Jesus Frazão Pereira

Através do presente artigo procuro retomar pontos relevantes da minha tese de Doutorado (PEREIRA, 2007) que tem como objetivo abordar os processos que envolvem a construção do patrimônio da Ilha dos Lençóis, situada no Litoral Ocidental do Estado do Maranhão. Trata-se do processo de patrimonialização de uma ilha maranhense com ênfase em construções simbólicas que a designam como uma “ilha encantada” e como um “lugar” com características singulares consideradas elementos atrativos para empreendimentos que propalam o conceito de desenvolvimento sustentável.

A Ilha dos Lençóis congrega ricas características simbólicas, dadas, sobretudo, pela “encantaria sebastianista”, e singulares características naturais, que vêm sendo arregimentadas no discurso do ecoturismo e das Unidades de Conservação. Tais questões emergem no momento em que a Ilha dos Lençóis é apresentada como vitrine num dos pólos de ecoturismo do Estado do Maranhão e como integrante de uma Reserva Extrativista, mais especificamente da RESEX Marinha de Cururupu; processos que tomam fôlego a partir do ano de 2000 e que, embora não elaborados conjuntamente, se interpenetram em vários momentos, como demonstro ao longo do trabalho.

Na esteira do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal, denominado PROECOTUR, encontra-se o Pólo das Reentrâncias Maranhenses, conhecido regionalmente como Floresta dos Guarás. O centro do Pólo das Reentrâncias Maranhenses é o município de Cururupu, e como principal atração turística: a Ilha dos Lençóis, que tem como um dos pontos mais marcantes o seu imponente conjunto de dunas, que formam 70% de sua cobertura. Pela sua imponente estética, além de ser uma “ilha encantada”, a Ilha dos Lençóis, quando retratada pelos meios de comunicação, pelo teatro, e pela literatura, é apresentada sob os adjetivos: misteriosa, fantástica, isolada, paradisíaca.

Pertencente ao arquipélago de Maiaú, a Ilha dos Lençóis é revestida de um rico imaginário por ser considerada “encantada”, enquanto morada do

“encantado” Rei Sebastião¹, e por abrigar uma comunidade de pescadores, com cerca de 400 habitantes, que pode ser considerada *sui generis* pela presença significativa de quase 3% de albinos em sua população, onde todos os nativos, albinos e não-albinos, se autodenominam como “filhos do Rei Sebastião”.

O imaginário sobre a Ilha dos Lençóis é muito rico. Seja no discurso de jornalistas, de literatos, seja no discurso de pescadores, de adeptos das religiões afro-brasileiras (em especial, do Tambor de Mina – religião afro-brasileira predominante no Maranhão), muito já se comentou sobre o “encante”² da ilha: como os relatos de pessoas de lá que dizem ter visto El Rei D. Sebastião em sua forma humana, ou em forma de um animal, mais precisamente de um touro negro; e a conhecida toada de caráter messiânico – “*Rei, é Rei, Rei Sebastião, quem desencantar Lençóis, vai abaixo o Maranhão*” – que aponta que no momento em que Rei Sebastião se desencantar, o seu reinado emergirá e a ilha de São Luís submergirá. Além de tudo isso, o alto índice de albinismo³ verificado na “ilha encantada” suscitou diversas interpretações imaginárias sobre a comunidade local.

Procuo problematizar como se dá a construção de um mercado simbólico do exotismo que propaga a imagem da Ilha dos Lençóis no projeto de desenvolvimento do ecoturismo na região. Nessa construção vem à tona o mito do paraíso perdido, através da idéia da natureza intocada (cf. DIEGUES, 2004), o que faz crescer um consumo visual do meio ambiente atrelado à ilusão do primitivismo.

As propagandas turísticas sobre a localidade, os depoimentos encontrados

¹ A Ilha dos Lençóis é considerada uma ilha encantada, enquanto lugar privilegiado para morada de El Rei Dom Sebastião, figura histórica, morto em batalha contra os mouros, nos campos de Alcácer-Quibir, na África, no ano de 1578. Segundo a crença messiânica, difundida em várias partes do Brasil, Dom Sebastião, o jovem rei de Portugal, não morreu, ele haveria se encantado com todo o seu reinado, por sortilégio dos mouros, numa ilha (provavelmente marcada por muitas dunas à semelhança do deserto marroquino onde ocorrera a batalha), e que um dia ele há de emergir do fundo do mar, onde está sediado seu palácio de riquezas, para instaurar seu Império e distribuir bens materiais para os seus adeptos.

² O sebastianismo foi transplantado para o Brasil sob várias vertentes, e entre estas, destaca-se aqui a vertente da Encantaria, na qual o gentil ou fidalgo Dom Sebastião surge como Rei Sebastião, uma entidade de cultos afro-brasileiros identificada como “encantado – categoria retirada da Pajelança amazônica – utilizada para se referir àqueles que viveram na Terra há muitos anos, “venceram a morte” e continuam “vivos” nas “encantarias”: “...que geralmente são concebidas como mundos situados no fundo das águas, dentro das árvores, ou abaixo da Terra (em outro planeta).” (FERRETTI, M., 2000, p. 108).

³ O índice na Ilha dos Lençóis de 3% de albinismo – uma anomalia congênita caracterizada pela ausência total ou parcial da melanina, do pigmento da pele – é considerado alto, já que é bastante superior à frequência normal que é de 0,0005% numa dada população.

na internet e as reportagens dão destaque à singularidade da Ilha dos Lençóis, no que se refere às suas belezas naturais e aos seus mistérios. Entre as belezas naturais, destacam-se sobretudo as dunas, os mangues, as praias e a avifauna – em especial, as aves típicas da região ameaçadas de extinção como o guará (*Eudocimus ruber*) e a jacanã (*Jacana jacana*), e migratórias como os maçaricos (da Ordem *Charadriiformes*). Todo este cenário vem se sobrepondo no discurso oficial que tenta captar recursos para a região, para o pólo ecoturístico Floresta dos Guarás, cuja denominação presta homenagem à beleza e à singularidade das aves de plumagem vermelha⁴.

A Floresta dos Guarás fica no litoral ocidental do Maranhão. É um espetáculo de cor e natureza que serve de entrada para a Amazônia. Lá, habitam as aves com plumagem de um vermelho intenso que dão nome ao local. Uma das maiores belezas da Floresta é a Ilha dos Lençóis, no município de Cururupu. Inteiramente formada de areia, apresenta cenários deslumbrantes; e uma lenda, a do Touro Encantado. Segundo ela, o Rei de Portugal, Dom Sebastião, que desapareceu na luta popular contra os mouros, vive ali na forma de um touro encantado. (Disponível em: <http://www.ma.gov.br/turismo/noticias.php?Id=187>. Acesso em 02/01/2005)

O empreendimento turístico nascente nesse cenário produz um produto que envolve o consumo de um sonho. O *marketing* turístico, e mais especificamente do ecoturismo, reforça o simbolismo do Éden. No que se refere à Ilha dos Lençóis, a esfera edênica é vendida sob a marca do isolamento, do refúgio. Os discursos oficiais sobre ecoturismo giram em torno da idéia de que as ilhas cururupuenses têm uma “vocação natural” para esse empreendimento, por possuir um litoral repleto de paraísos ecológicos de rara beleza. Somos convidados a embarcar em busca desse éden:

Imagine-se aventurando por arquipélagos que abrigam ilhas e enseadas de impressionante beleza, usufruindo de paraísos ecológicos formado por praias extensas e desertas, dunas e morros; ou embrenhando-se numa região que abriga berçários com diversificadas e exóticas espécies de peixes, crustáceos e moluscos, com extensas florestas de manguezais. Ou ainda, vislumbrando refúgios de aves típicas da região (Guará, Marreco e Jacanã) e migratórias, como o maçarico (que na sua trajetória do Canadá à Terra do Fogo/Argentina, pousam para se alimentar e reproduzir em alguns pontos do litoral brasileiro, como as Reentrâncias Maranhenses).

⁴O guará é considerado uma ave “indicadora da qualidade de ambientes aquáticos, pois o vermelho de suas plumas é consequência da alimentação feita de crustáceos em geral, mas particularmente de um caranguejo miúdo, conhecido na região como maracoanim, e de outro bastante comum, ricos em betacaroteno e de uma proteína chamada de cataxantina. Sem esses elementos, o guará perde a cor.” (DISCONZI, 2002, p. 24).

Isso não é um sonho. É o litoral de Cururupu, porta de entrada para o Pólo Turístico “Floresta dos Guarás”, distante a 360 quilômetros de São Luís. (PREFEITURA DE CURURUPU, 2005).

Atualmente, como é possível se perceber nesta citação, referente à propaganda realizada pela prefeitura de Cururupu, no ano de 2005, há toda uma iniciativa para se destacar aspectos naturais da região, que fornecem atrativos para um público-alvo do setor ecoturístico e de observadores de pássaros. É um reflexo do que o governo do Maranhão indicou em seu primeiro plano de desenvolvimento do turismo – o PLANO MAIOR – Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo, concebido em 1999, “levando em consideração que, a condição básica para o crescimento turístico no Estado, está no desenvolvimento integrado dos aspectos sociais, econômicos, urbanos e na preservação dos recursos naturais.” (MARANHÃO, 2000).

Dessa maneira, faz-se necessário perceber os efeitos do turismo sobre essa população litorânea, bem como o discurso que é lhe apresentado pelos visitantes, pelos gestores ligados à questão ambiental, sobre o novo cenário em que esses ilhéus são “convidados” a participar, dialogando com os conceitos de biodiversidade e diversidade cultural, apreendendo-se as diferentes vozes e diferentes perspectivas que se confrontam ou se hibridizam na construção do patrimônio da Ilha, dada, sobretudo e *a priori*, por uma legitimidade simbólica.

Através do processo de construção simbólica da Ilha, procuro entender os discursos que se cruzam na formação de uma identidade dos ilhéus, bem como seus embates frente ao processo de mudança cultural com o advento do ecoturismo na localidade. Para tanto, a noção de patrimônio se faz presente. No decorrer do trabalho, foi lançada a seguinte questão norteadora da problematização: o que torna a Ilha dos Lençóis um patrimônio? A resposta, através dos dados obtidos na pesquisa, que trabalho em minha tese de doutorado, é construída a partir de uma pluralidade de vozes. Enquanto os ilhéus marcam em seu discurso sobretudo a partir de sua vida cotidiana, baseada na lida com a pesca, em seus saberes, seus fazeres, e sobretudo, pelo *ethos* baseado na crença na “encantaria sebastianista”, isto é, na crença de que o Rei Sebastião é o “dono do lugar”, os visitantes marcam o patrimônio pelo discurso da paisagem *sui generis*, pela sedução que o lugar proporciona, e os empreendedores de instituições governamentais e não governamentais enfatizam a rica biodiversidade do local e os “mistérios” que a cercam. Portanto, fez-se mister identificar as várias vozes/versões que identificam os “bens” patrimoniais da “ilha encantada”.

Com o projeto de consolidação do ecoturismo na Ilha dos Lençóis, já se verifica que o “exotismo” está sendo evidenciado como atrativo para os turistas. Resta saber como os nativos estão re-elaborando suas posições nesse novo cenário, com vistas não só à manutenção da biodiversidade local, mas muito mais em

defesa de seu patrimônio cultural. Uma das formas de se perceber essa problemática já pode ser vista na própria re-elaboração da principal base mítica da localidade, que é a crença na “encantaria sebastianista”, que designa que a Ilha dos Lençóis abriga no “mundo do fundo”, debaixo de suas areias, o palácio do Rei Sebastião. Observa-se, porém, que os nativos falam de uma possível transferência do Rei Sebastião para um lugar vizinho a Lençóis, o Morro Três Irmãos, na praia do Farol de São João⁵, pelo fato de o morro mais alto de Lençóis, que era a morada do Rei, ter baixado, e por conta do aumento do número de habitantes e do aumento de visitantes (turistas, repórteres, fotógrafos). Aqui considero pertinente elaborar uma pergunta de partida para dar impulso ao processo de investigação: será que esta reestruturação do mito constitui-se numa estratégia local, pela qual determinados atores sociais da localidade, através de suas crenças e visão de mundo, primam pela natureza local, pelo ideal de pureza de origem, isto é, considerando prejudicial a entrada de elementos estranhos? Assim, faz-se necessário analisar o sistema de representações, símbolos e mitos que a comunidade de pescadores de Lençóis constrói, pois é com ele que age sobre o meio natural, centralizando a questão da biodiversidade pertencente tanto ao domínio do natural como ao do cultural.

Como o ecoturismo configura-se como algo praticamente inevitável na região, percebo que este é um momento crucial para se colocarem novos parâmetros no campo dos estudos das ciências sociais, apresentando o turismo, e mais precisamente aqui o ecoturismo, como um fenômeno social total do nosso tempo. Considero que numa abordagem como essa, há várias questões significativas em emergência, tais como: o jogo sobre as identidades dos anfitriões; a apreensão do turismo como vetor de alteridade, como fator de mudança social e cultural no seio da comunidade local; e a manipulação de marcas simbólicas, por meio da qual pode-se indagar os processos de abordagem sobre o “outro”.

Por ora, apresento alguns elementos, remetendo-me a noções nativas, sobre a encantaria do Rei Sebastião, bem como tentando identificar representações que de alguma forma contribuem na elaboração de atrativos aos visitantes que se lançam a conhecer a “ilha encantada”. A simbologia da “encantaria sebastianista” na “Praia de Lençóis”⁶ tem um peso muito forte nas representações e visão de mundo dos ilhéus que acreditam que o Rei Sebastião é o “dono do lugar”, e por isso o respeitam.

⁵ Farol da Marinha, um dos mais antigos do Brasil (inaugurado em 1884), em funcionamento até os dias atuais, localizado na Ilha de Maiaú, distante da Ilha dos Lençóis cerca de vinte minutos em travessia de barco.

⁶ “Praia do Lençol” ou “Praia de Lençóis” são os termos mais populares, utilizados sobretudo pelos ilhéus, referentes tanto ao povoado quanto à parte desabitada da ilha.

No processo de familiarização com questões gerais sobre a comunidade, deparei-me com aspectos curiosos sobre a “encantaria sebastianista”; entre os principais, o de que o Rei Sebastião estaria transferindo-se para outra localidade, pois a “natureza” do Rei Sebastião seria o mistério, seguro em lugar isolado e preservado, pois só assim continuaria “encoberto” como “ele” deseja.

Esse dado chamou-me bastante a atenção, porque dá elementos para a reelaboração do mito sebastianista, a partir de aspectos exógenos que estão intimamente relacionados à discussão sobre mudança cultural. Com isso, suponho que o desdobramento do mito poderá abrir um rico diálogo com as categorias ecoturismo, sustentabilidade, patrimônio e identidade, além de suscitar a investigação sobre a relação *insiders/outsiders* – entre os “de dentro” (nativos e moradores que se instalaram na ilha há bastante tempo) e os “de fora” (sobretudo, visitantes atraídos pelo potencial turístico) – pela qual pode se analisar se há a idéia de que o mal vem de fora.

Em conversas informais com alguns moradores locais, eles falaram-me que Lençóis não era mais a praia misteriosa do “tempo dos antigos”. No tempo dos seus avós era que “se via muita coisa”: touro negro, Rei Sebastião e seu cavalo branco, princesa Jarina – uma das filhas do Rei Sebastião (em forma de cobra), animais “encantados”, etc. Os nativos falam que o “encante” era mais forte no “tempo dos antigos”, mas ainda hoje se encontram muitos elementos da Encantaria.

Mesmo se o Rei Sebastião tenha se mudado, Lençóis ainda é dominado por ele. Mas tem hora que eu não acredito. Pra ele se mudar e entregar o serviço pra outro, eu acho assim um pouco difícil. Entregar o palácio dele pra benefício de outro, né?! (D. Maria Tereza⁷. Ent. ⁸: 06/07/1999).

O Rei se mudou daí porque o morro baixou. Aí ele já foi pro Morro Três Irmão pra'quele outro lado. É mais alto. Eu já fui. Eu já brinquei Pajelança com uns pessoá de Belém. [...] Aqui tinha pouco morador, agora já tem muito. [...] Rei Sebastião e as outras filha foram pro Três Irmão. Jarina mora aqui, porque ela gosta daqui. Aqui ainda é ‘encantado’. (Telma⁹. Ent.: 05/07/1999).

⁷D. Maria Tereza é mãe-de-santo/curadora, que à época da elaboração da minha dissertação, quando realizava pesquisa entre os anos de 1998 e 2000 na localidade, possuía um terreiro de Tambor de Mina em Lençóis. Atualmente, ela está residindo e está à frente de um novo terreiro em Apicum-Açu, o município mais próximo da Ilha dos Lençóis (distante cerca de três horas de viagem de barco).

⁸ Abreviatura da palavra entrevista.

⁹ Albina, com 39 anos de idade, atualmente. Considerada a mais receptiva às pessoas de fora, no sentido de fornecer narrativas sobre o que pensa e o que sabe acerca da encantaria, bem como no de ceder sua imagem para fotógrafos, pesquisadores, visitantes de uma maneira geral.

Aqui [no fundo, na encantaria] é como se fosse São Luís. Têm bairros, é grande[...]. Quando quebra a murraria faz maresia de terra. São Luís é a cidade primeira; São Francisco é que por lá tem a ponte, né? É mesmo como daqui pra lá [de Lençóis para o Morro Três Irmãos]. (Zé Mário. Ent.: 11/07/2004).

De acordo com relatos como o de D. Maria Tereza e o de Telma, a Ilha dos Lençóis ainda é encantada porque o Rei Sebastião transferiu apenas uma parte de sua Encantaria para o Morro Três Irmãos, o que pode ser verificado nas “doutrinas” (cânticos rituais), as quais continuam sendo “tiradas” com o nome de Lençóis como a morada do “encantado” e também porque uma de suas filhas, Jarina, está tomando conta do lugar. E segundo Zé Mário, pai-de-santo/curador, ou melhor, pajé – denominação mais usual tanto nas ilhas quanto em Cururupu - que possuía¹⁰ terreiro na Ilha dos Lençóis, essa questão está relacionada à expansão territorial do mundo do fundo, e não implicaria em separação. Seria, digamos assim, uma questão da escolha da sede administrativa do Rei Sebastião, dentro dos limites estipulados à cidade encantada.

Os relatos sobre a “encantaria sebastianista” em Lençóis não são representativos de um consenso, mas também não invalidam de forma alguma a perpetuação do mito. Assim, concordo com Lévi-Strauss (1975, p. 237) quando diz: “Não existe versão ‘verdadeira’ da qual todas as outras seriam cópias ou ecos deformados. Todas as versões pertencem ao mito”.

Nesse processo de construção simbólica da Ilha, procuro entender os discursos que se cruzam na formação de uma identidade dos ilhéus, bem como seus embates frente ao processo de mudança cultural com o advento do ecoturismo na localidade. Para tanto, a noção de patrimônio se faz presente, podendo ser apreendida como uma forma de organização e simbolização da vida social, como identidade cultural que vai se acumulando e se reestruturando. Dessa forma, na presente abordagem, identidade e patrimônio são vistos como elementos dinâmicos, em cujo contexto sócio-cultural passam a ser produzidos novos sentidos e rendimentos por setores heterogêneos. Portanto, concordo com García Canclini (1983, p.33) quando diz que o estudo da cultura deve ser visto como um processo produtivo, e “que a análise de uma cultura não pode concentrar-se nos objetos ou nos bens culturais; deve ocupar-se do processo de produção e circulação social dos objetos e dos significados que receptores diferentes lhes atribuem.”

Assim, quando se fala em patrimônio, fala-se em seletividades, em escolhas, em atribuição de valor (e que muitas vezes é transitória). O patrimônio cultural acaba sendo aquilo que elencamos para dizer o que nos diferencia dos outros. E, com isso, a categoria de patrimônio se coaduna com a de identidade. Sendo

¹⁰ Seu Zé Mário faleceu em dezembro de 2008.

assim, concebo que ao estudar o patrimônio cultural na ilha encantada do Rei Sebastião, estou enfocando a identidade do grupo social, das pessoas que o detêm e ao mesmo tempo o partilham, como problematizarei mais adiante essa noção de patrimônio partilhável.

Quando elaborei o projeto de pesquisa, em 2002, objetivava trabalhar questões relacionadas à inserção da Ilha dos Lençóis no cenário do ecoturismo, que se apresentava de forma ainda muito tímida com o investimento do PROECOTUR. A minha pretensão era acompanhar e compreender a mudança sócio-cultural que poderia advir com essa nova realidade, e identificar as possíveis reelaborações identitárias dos ilhéus frente aos empreendimentos que poderiam chegar à localidade. Somente em 2004, tendo já cumprido os créditos do doutorado, e no campo de pesquisa¹¹, é que fui alargando o segundo ponto da presente pesquisa: o patrimônio da Ilha dos Lençóis no cenário das unidades de conservação. Ou seja, meu contato com o universo das reservas extrativistas marinhas teve início no próprio campo de pesquisa, em julho de 2004, quando uma pessoa ligada à área de turismo que estava lá para fazer um levantamento dos potenciais ecoturísticos da região, comentou sobre a criação da RESEX de Cururupu e também quando comecei a minha interlocução com Lailson, pessoa ligada a questões ambientais, identificada por vários outros interlocutores como aquele que melhor poderia dar informações sobre o IBAMA.

Ao lado da estada no campo de pesquisa, procurei captar discursos e representações de pessoas envolvidas (ou apenas interessadas em sondar potencialidades) direta ou indiretamente com o programa de ecoturismo para a região, bem como com a discussão sobre patrimônio natural da Ilha. Também estabeleci uma interlocução com representantes do CNPT/IBAMA-MA, a partir de março de 2005, em São Luís, onde pude apresentar o objetivo da minha pesquisa e começar a receber informações sobre o processo de criação das RESEX, de uma forma geral, e sobre a de Cururupu, de forma específica. As relações com os profissionais do referido órgão foram estreitadas quando, a convite da coordenação destes, participei em junho de 2005 do “Seminário Gestão Ambiental Participativa na Reserva Extrativista de Cururupu”¹², realizado no município de

¹¹ No processo de investigação foram realizadas cinco incursões ao campo de pesquisa, a saber: em 2004, nos meses de julho (11 dias) e de setembro de 2004 (4 dias), em outubro de 2005 (3 dias), em novembro de 2006 (4 dias) e em janeiro de 2007 (4 dias). Vale ressaltar que realizo pesquisa na Ilha dos Lençóis desde 1998, época em que começava o levantamento de dados etnográficos para a minha dissertação de Mestrado em Antropologia Social (PEREIRA, 2000).

¹² O Conselho Deliberativo da RESEX de Cururupu está em processo de criação, em fase da identificação das instituições que deverão formar o Conselho, objetivando a elaboração da minuta de seu regimento interno e a forma de funcionamento.

Cururupu. Em tal ocasião, que coincidia com o aniversário de um ano de criação da RESEX de Cururupu, conheci moradores de outras ilhas que compõem a mesma, bem como pude identificar algumas proximidades e diferenciações em relação à realidade da Ilha dos Lençóis.

No diagnóstico sobre o turismo no Maranhão, no final da década de 90, que deu subsídios para a elaboração do “Plano Maior”, foi verificado que o Estado era desconhecido dos destinos turísticos nacionais e internacionais. Com isso, atualmente, há todo um investimento para que o Maranhão seja “desbravado”. O *slogan* oficial do “Plano Maior” é bem significativo – “Maranhão: o segredo do Brasil” –, chamando a atenção dos potenciais turistas para o diferencial que o Estado possui: algo ainda considerado escondido ou guardado, e por isso valioso.

Mas antes da consolidação do “Plano Maior”, os discursos de um incipiente turismo na região aqui estudada não faziam referência ao Pólo Floresta dos Guarás, e toda a atenção girava em torno das ilhas cururupuenses como refúgio de belezas naturais e de mistérios, por possuir um litoral que “...esconde tesouros, lendas e santuários ecológicos – preservados e sem ação predatória do homem. São ilhas-praias encantadoras.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURURUPU, 1999). E ao nome da Ilha dos Lençóis, logo se associava à imagem do exotismo. Podemos analisar o seguinte exemplo:

Fala-se tanto de paraísos terrestres – pedaços de terra privilegiados no planeta que têm um pouco do dedo de Deus. Lugares onde a natureza é generosa. Não é apenas o pano de fundo de um cotidiano, mas um cenário marcante e presente na vida das pessoas que ali residem ou dos que lhes visitam. Cururupu, mais precisamente a sua região costeira que abriga arquipélagos com pequenas ilhas e encantadoras praias, é um desses paraísos na face da Terra! [...] São ilhas-praias encantadoras. Algumas extensas, solitárias. *Outras povoadas por colônias de pescadores e albinos, ou ornamentadas por enormes coqueiros.* Lugarejos com características próprias e de impressionante beleza, que fazem de Cururupu um dos maiores pólos de ecoturismo do Maranhão. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURURUPU, 1999). [*Grifo meu*].

Analisando o texto acima não é difícil se perceber em que categoria os pescadores e, de forma mais enfática, os albinos da “ilha encantada” e “encantadora” foram colocados¹³: um artigo natural exposto à visitação pública, quando comparados aos enormes coqueiros que ornamentam as ilhas-praias de Cururupu.

É notório que há um mercado simbólico do exotismo que está se vinculando a um mercado do naturalismo. E de uma maneira geral o que se vê ecoar na comunicação publicitária turística é o reforço de um mito, do paraíso

¹³ Texto sem autoria.

perdido, e que o mesmo não é um sonho inacessível. Ele pode ser alcançado; basta que se eleja alguma ilha isolada, de beleza fascinante, onde se possa ter um refúgio do cotidiano.

Ecoturismo e exotismo andam juntos quando o viajante/turista busca o prazer de conhecer lugares repletos de “vida natural”, para onde se faz apelo não só à conservação do meio ambiente, como uma ação disciplinar indispensável à própria existência humana na Terra, mas também à contemplação, como objeto de visita pública, aos seres humanos que povoam esses espaços ecológicos, como se fossem integrantes quase exclusivamente do domínio da natureza, alheios ao domínio da cultura, onde certos estereótipos (e neste caso, marcas corporais) são eleitos para a “turistização das diferenças”.

Um dos principais eixos da investigação diz respeito à simbolização do imaginário fantástico da Ilha dos Lençóis como um produto a ser vendido, seja no discurso de jornalistas, repórteres e literatos, seja no discurso dos empreendedores do setor turístico. Portanto, busco identificar as marcas que propiciam essa imagem do “diferente” e que estão associadas ao “mercado do exotismo”.

A beleza cênica, a paisagem, recursos naturais, estão em alta no discurso dos investidores do setor turístico. No Brasil esse segmento, o ecoturismo, é visto, tanto pelo governo, como pelos estudiosos do tema, como uma alternativa econômica com perfil de sustentabilidade e como meio para conservação dos recursos naturais e culturais, além de gerador de benefícios às comunidades locais. Utilizando-se a abordagem de Jafari (1990), pode-se dizer que estes empreendedores advogam o caráter positivo do turismo, inseridos, na “plataforma de adaptação”, que aponta para formas alternativas de turismo que podem ter impacto menor que o turismo de massa.

As propagandas que apelam para um público-alvo de ecoturistas também focalizam a cultura local (material e imaterial), associada a um discurso que a representa como uma vida simples, onde o tempo parece não passar, onde se pode ver um estilo rústico, “primitivo”, de viver. Apontam para o contraponto da vida urbana, como atrativo, haja vista a busca por um lugar idílico, bucólico, “em contato com a natureza”.

As vilas tradicionais de pescadores da Floresta dos Guarás são atrativos adicionais muito interessantes. As atividades cotidianas dos moradores, sobretudo das ilhas, incluindo a feitura de suas embarcações e o retorno dos barcos após as pescarias, podem ser vivenciadas pelos visitantes. Os rústicos estaleiros artesanais, como os de Cururupu, são locais onde a tradição da construção naval se transfere de geração para geração. (Disponível em: <<http://www.ministeriodomeioambiente.gov.br/port/sca/proeco/maranao1.html>>. Acesso em: 03 fev. 2005)

Nesse sentido também é possível se perceber a idealização dos visitantes/ecoturistas por um lugar onde se possa presenciar uma “natureza intocada”, conforme o registro de um ecoturista que esteve na Ilha dos Lençóis: “Espero que o local fique ‘intocado’, sem maiores interferências da mão do homem”. (Em: 15/08/2004). Ou como o próprio discurso oficial coloca em seu “Plano Maior”, sobre o que visa promover no Pólo “Floresta dos Guarás”: “a vida das pessoas e sua integração com as Reentrâncias, que são parte da Amazônia”. (Disponível em: <<http://www.geplan.ma.gov.br/turismo/floresta.htm>>. Acesso em: 23 out. 2003). Volta-se à questão do discurso naturalista. Na “turistização” da diferença, natureza e cultura se confundem.

No cenário do ecoturismo, vários atores entram em cena. Os discursos passam a fazer referência a palavras de ordem como “desenvolvimento sustentável”, baseado em bens naturais e culturais de uma região destacada. Por consequência, novos conceitos entram no debate, como patrimônio e conservação. E sobremaneira, deve-se levar em conta que a valorização de uma determinada localidade, de um “selo de qualidade” pelas potencialidades e expressões naturais e culturais divulgadas pelo setor considerado como ecoturismo ou turismo em áreas naturais pode servir de atrativo para pessoas “de fora”, estrangeiras, invistam na idéia de se estabelecerem no local.

Vale a pena pensar na categoria de “estrangeiro” discutida por Simmel (1983), como aquele que viaja, que se libera de um ponto definido no espaço, para depois se fixar em outro ponto, mas de forma a não ter laços de identidade local. É a pessoa que chega num lugar que não é o seu e nele vai ficando.

Se a mobilidade tem mobilidade em um grupo fechado, personifica aquela síntese de proximidade e distância, que constitui a posição formal do estrangeiro, pois a pessoa fundamentalmente móvel entra ocasionalmente em contato com todos os elementos do grupo, mas não está organicamente ligada com qualquer deles por laços estabelecidos de parentesco, localidade e ocupação. (SIMMEL, 1983, p. 184)

O cenário do ecoturismo, pois, pode trazer o estrangeiro como ameaça à “ordem do lugar”? É necessário se pensar na proteção do patrimônio local? Essas questões surgem não porque uma situação de perda de uma essência esteja posta de fato, mas sim como forma de se pensar conceitualmente estas categorias e a possibilidade de um devir que tem sido abortado, com a criação da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu. Mas a eminência da perda ainda se faz presente, posto que a não fixação de pessoas “de fora” não é garantia de que os contatos sócio-culturais não sejam intensos. O fluxo de pessoas continua a se dar, de diferentes formas, inclusive com a presença (mesmo que temporária) de representantes de diferentes instituições governamentais e não-governamentais.

Várias expressões, projetos e novas demandas estão sendo inseridos no cotidiano dos pescadores, seja da Ilha dos Lençóis, seja de outras comunidades que lhe são adjacentes. A mobilidade e a interconexão de pessoas e palavras voltadas para um discurso que se utiliza como mote o “desenvolvimento sustentável” são notórias. Sendo assim patrimônio e identidade vêm à tona no debate que aqui se suscita.

O “Intangível” nos discursos patrimonialistas

Para desenvolver a discussão sobre a categoria patrimônio, defendo a necessidade de operacionalizá-la juntamente com outras duas categorias: identidade e ilheidade. A questão da identidade é imprescindível em qualquer debate sobre patrimônio cultural e a categoria “ilheidade” se faz presente porque falo num patrimônio que é “construído” a respeito de uma comunidade insular, conforme considerações pontuadas por Antônio Carlos Diegues, em sua obra *Ilhas e Mares* (1998).

Assim, neste trabalho, a “ilheidade”, enquanto categoria analítica, emerge

como as formas de representação simbólicas e imagens decorrentes da insularidade que se expressam por mitos fundadores da ilha e de sua sociedade. Ilheidade diz respeito também ao vivido pelos ilhéus, aos comportamentos induzidos pela natureza particular do espaço insular. (DIEGUES, 1998, p. 94)

No imaginário popular, as ilhas continuam suscitando uma fascinação. Muitas pessoas do continente a consideram como a própria imagem do isolamento, do refúgio, como contraponto à vida urbanizada. Quando elementos do mundo industrializado penetram nesses ambientes, supõe-se que a vida dos insulares nunca mais será a mesma.

O acesso à ilha é muito difícil¹⁴ e nesse sentido há um isolamento. Mas não se pode dizer que é uma comunidade isolada, que não tem contato com o continente. Há de se enfatizar que a profissão de pescadores os tornam também viajantes (ao trabalharem embarcados, fora da ilha) e também vendedores do produto excedente do extrativismo marinho. E tal deslocamento leva-os a mercados, a cidades, estabelecendo, assim, contatos, trocas e aquisição de informações sobre aspectos de diferentes realidades sócio-culturais, que retornam com eles para suas comunidades.

Com efeito, a comunidade da Ilha dos Lençóis tem um referencial identitário que é construído por elementos da “ilheidade” e do imaginário, por elementos

¹⁴O acesso à ilha se dá somente de barco ou de avião mono ou bimotor. A viagem de barco dura, em média, 12 horas a partir de São Luís e 7 horas a partir de Cururupu.

da alteridade apontados por pessoas tanto “de dentro” como “de fora”, que exaltam seus bens naturais e culturais, enriquecendo o patrimônio da “ilha encantada”.

Quando se fala em sociedades haliêuticas ou de pescadores tem que se relativizar a noção de herança, enquanto bens materiais duráveis, já que há um forte contraponto entre terra (estabilidade, lugar de produção de bens transmissíveis) e mar (fluidez, efemeridade). Numa interessante passagem, Collet (1993, p.25) citado por Diegues (1998, p.54) coloca o seguinte:

A pesquisa no mundo haliêutico se parece com a superfície do mar em que tudo apaga. Ao contrário das sociedades agrárias, as quais, com ou nenhuma escritura, são ricas em arquivos: a terra que produz as colheitas é uma realidade bem tangível. Os instrumentos que permitem sua valorização, edifícios e instrumentos agrícolas se mantêm no tempo mesmo depois do desaparecimento dos que os utilizaram. A própria paisagem é um traço do trabalho humano. Os bens agrícolas são transmissíveis, ao passo que um barco de madeira desaparece depois de uns cinqüenta anos; uma rede deve ser remendada quotidianamente. Pobre entre os pobres, o pescador não transmite nada ou muito pouco. São raros os arquivos dos mestre-pescadores; a própria raridade não é outra coisa que a expressão de um mundo efêmero que se reflete também nas ciências humanas, por muito tempo voltadas somente para o mundo rural. Em consequência, os traços das sociedades haliêuticas não são objeto de estudo sistemático, exceto na Europa do Norte, e por uma razão muito simples: pela prodigiosa quantidade de recursos haliêuticos.”

Então quais são os bens da Ilha dos Lençóis que representam o patrimônio da coletividade? Sobremaneira, são os bens da cultura imaterial, considerados intangíveis. Como diz Fonseca (2003, p. 66) “A imaterialidade é relativa e, nesse sentido, talvez a expressão ‘patrimônio intangível’ seja mais apropriada, pois remete ao transitório, fugaz, que não se materializa em produtos duráveis.”

Valorizar o patrimônio é, em última instância, pensar em algo que deva ser partilhável no sentido de que remete para uma valorização que de certo modo trará benefícios para a comunidade. Nesse sentido, passado e futuro estão inextricavelmente ligados. E, ao se falar na comunidade de Lençóis, o que já se escreveu sobre a localidade pode ser apreendido como valor documental, em que capital simbólico e ancestralidade ganham espaço no mercado da “patrimonialização”.

Outro dado a se destacar é que o patrimônio simbólico-cultural dessa comunidade é, de certa forma, conhecido, pois por várias vezes foi enredo de escolas de samba¹⁵, roteiro de peças teatrais, temas literários, etc; no entanto, não

¹⁵ Várias escolas de samba elaboraram seu enredo em relação ao mito sebastianista, à lenda do touro encantado na Ilha dos Lençóis, como por exemplo: *Os papagaios amarelos nas terras*

é reconhecido, como mereceria, pois a comunidade continua desassistida, seja pelo poder público, seja por aqueles que se apropriam de sua imagem. No entanto, vislumbram-se algumas mudanças positivas para a comunidade, quando da sua inserção numa área de reserva extrativista marinha. Sendo assim, algumas melhorias podem chegar, mas não se deve esquecer que uma área de proteção ambiental tem uma demanda turística muito alta, e então, aspectos negativos quanto à organização comunitária também podem emergir.

O descaso com as populações litorâneas do Estado do Maranhão sempre foi notório. O município de Cururupu destaca-se nesse cenário de abandono, principalmente nas questões de educação e saúde. Por outro lado, um cenário de riqueza também é apontado quando se vê construir discursos sobre as potencialidades ecoturísticas da região. Cururupu faz parte da Amazônia Legal e compõe, juntamente com outros municípios, a Área de Proteção Ambiental (APA) das Reentrâncias Maranhenses, considerada pelo Governo do Maranhão, por suas características ecológicas, a beleza cênica e a localização, como espaço geográfico reservado ao ecoturismo. Sendo assim, surge a preocupação com os bens naturais que compõem o meio ambiente, onde a beleza cênica como extensão desses bens pode ser considerada um bem ambiental também e conseqüentemente um bem de uso comum do povo e seus titulares considerados como pessoas indeterminadas.

Se tudo é fluido e instável para essa gente, então como pensar a categoria patrimônio junto a esses grupos particulares? Como pensar, por exemplo, sobre os bens da Ilha dos Lençóis que representam o patrimônio da coletividade?

Bens naturais e bens culturais de fato fazem parte desse cenário, mas em proporções diferentes. Defendo isso nas linhas que se seguem, chamando a atenção para que se considere em primeira instância, pela especificidade da “encantada” Ilha dos Lençóis, os bens da cultura imaterial, considerados intangíveis, haja vista que são desde o início do povoamento da localidade, os que são exaltados pelos habitantes de uma maneira geral (mesmo que não sejam expressos nessa terminologia), e reforçados no discurso de “fora”. Já os bens naturais, de inquestionável importância para reprodução física e social da comunidade, são exaltados pelos “de fora” num discurso recém construído e agora reproduzido, ainda timidamente, pelos de “dentro”, no papel de usuários da reserva extrativista.

Atrelado à noção de ecoturismo, a beleza cênica também suscita uma discussão sobre área de proteção ambiental e sobre unidades de conservação.

encantadas do Maranhão (Grande Rio, Rio de Janeiro, 2002); *O príncipe encoberto ou a busca de Dom Sebastião na Ilha de São Luís do Maranhão* (Gaviões da Fiel, São Paulo, 1999); *Os tambores da Mangueira na terra da encantaria* (Mangueira, Rio de Janeiro, 1996); *O rei de França na Ilha da Assombração (Inredo incruiz)* – Salgueiro, Rio de Janeiro, 1974. Letras dos sambas enredo disponível em <http://www.academiadosamba.com.br/01passarela01.htm>

Essa discussão remonta à invenção da figura dos parques nacionais, que desde a sua demarcação, em 1872, nos Estados Unidos, é considerada uma área “dedicada e separada como um parque público de lugar aprazível para o benefício e o lazer do povo.” (DIEGUES, 1997, p. 104). Associada à idéia de proteção ambiental, o modelo de parque nacional como preservação da vida selvagem, como o “modelo Yellowstone” (cf. DIEGUES, 2004), possui em seu fundador a idéia da contemplação, do lazer e, por extensão, do turismo.

O modelo norte-americano de valorização da natureza, segundo Conan (1997) *apud* Diegues (2000, p. 7), é expresso em torno de uma falta, a saber:

[...] nunca houve vestígio nenhum de civilização antepassada grandiosa, como a asteca ou a maia, de que os americanos pudessem orgulhar-se. Daí eles voltaram-se para a admiração das grandiosas belezas naturais de seu país tornando-a parte de sua cultura. Sua noção de natureza selvagem – *wilderness* – contrapõe-se à noção de natureza domesticada dos europeus, cuja cultura acham decadente. Essa noção de *wilderness*, no século XIX, no entanto está marcada pelo romantismo e pela valorização do belo e do estético que surge com a idéia de paisagem na Europa do século XVIII.

Esse modelo, oriundo de uma visão “antropocêntrica”, é expresso na dicotomia entre homem e natureza, pela qual o primeiro tem direito de dominar e controlar a natureza por conta do poder científico e tecnológico entendido como legítimo por uma concepção evolucionista. Mas gostaria de identificar como os modelos de unidades de conservação decorrentes do primeiro foram sendo gerados, até chegar a idéia de que determinadas áreas protegidas devem levar em conta a permanência das populações tradicionais. E em que medida as ações protecionistas e conservacionistas, de fato, preocupam-se com o bem estar das populações locais.

Se no final do século XIX os objetivos estéticos e científicos que justificaram a criação das primeiras áreas protegidas – os parques nacionais – eram considerados incompatíveis com a ocupação humana em seus limites, nota-se nos dias atuais toda uma discussão acerca da valorização da permanência das populações tradicionais desde que estejam ali através de um pacto com o Estado. São novas questões que rediscutem o posicionamento de segmentos que tradicionalmente moram ou são usuários dos recursos naturais de determinada localidade/ territorialidade com elevado valor paisagístico, ambiental e mesmo simbólico.

A concepção da possibilidade de se adotar um modelo de áreas protegidas mediante o controle do uso dos recursos naturais com a manutenção da ocupação humana começou a se esboçar a partir dos anos de 1970. Isso pode ser observado na mudança das diretrizes de organismos internacionais, particularmente da União Internacional pela Conservação da Natureza (UICN), que é referência internacional

das diretrizes das áreas protegidas. Na década seguinte, a UICN condicionou a ocupação ao uso sustentável dos recursos naturais, garantindo assim a prioridade da conservação (Cf. DIEGUES, 2000).

No cenário atual, vê-se cada vez mais a combinação entre o conceito de desenvolvimento sustentável e o uso sustentável de áreas protegidas e naturais. Sendo assim, é crescente e notória a concepção de ecoturismo como uma atividade bastante viável e defendida em unidades de conservação. Proclama-se, o que justificaria a sua defesa, que o ecoturismo tem por objetivo contribuir para a conservação e desenvolvimento social, com mínimos impactos sociais e ambientais sobre populações e habitats.

Nesse sentido, cabe indagarmos se o turismo, como atividade que cada vez mais vem chamando a nossa atenção como fato social total, capaz de mobilizar importantes fatores de caráter social, econômico e cultural, pode mobilizar estratégias para a sustentabilidade, permitindo a criação de meios para a reprodução das sociedades e conservação de seus recursos não-renováveis, bem como do patrimônio cultural.

Trata-se de uma construção social, marcada por um processo simbólico de legitimação de uma identidade. O que se tem percebido é que o termo patrimônio, e mais especificamente patrimônio cultural, foi eleito como um dos ícones da revitalização da identidade cultural, observado nos movimentos de reações locais aos efeitos da uniformização propalada pela globalização.

Quando penso sobre as “ações protecionistas” que chegam à Ilha dos Lençóis, como a criação da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu, cabem as seguintes perguntas: Será que foi o ecoturismo que alavancou os projetos de sustentabilidade? Ou esses projetos poderiam ser adotados sem essa alavanca?

De que maneira o turismo pode servir para a valorização dos referenciais culturais locais? O viés mais perceptível no momento é o que nos indica que tudo parece ser passível de mercantilização, e não seria diferente com esses referenciais quando se tornam atrativos ao setor do turismo. Verifica-se que atrelada à lógica da singularidade dos bens culturais tangíveis ou intangíveis, acrescenta-se a lógica da sua valorização comercial. Assim, o patrimônio pode se tornar um produto que vai sendo arrematado como um componente essencial do setor turístico.

Não é difícil se perceber que novas formas de associativismo são estimuladas através de um aparato legal. Deve-se mencionar o que se demanda atualmente como políticas de reconhecimento de um direito ancestral, imemorial, ou então aos que estão ligados à idéia de garantia de uma sustentabilidade planetária, a cargo da sobrevivência do manejo dos recursos naturais pelas populações tradicionais. Esta nova forma de associativismo sob a batuta de definidores externos (seja pelas categorias do sistema jurídico, do legislativo ou mesmo pelas definições de pesquisadores como os antropólogos) vem se configurando na fé daqueles

que o concebem como “um veículo de uma construção de uma cidadania planetária”. (LOBÃO, 2006, p.207).

Um ganho, ainda que tardio, deu-se recentemente com o **Decreto Presidencial nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**¹⁶, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007):

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, na forma do Anexo a este Decreto.

Art. 2º Compete à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, criada pelo Decreto de 13 de julho de 2006, coordenar a implementação da Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Os significados e desdobramentos da edição deste decreto ainda não podem ser averiguados. Está muito recente a sua criação, embora as lutas em prol do reconhecimento das categorias aí pontuadas venham sendo travadas em diferentes instâncias, e muitas vezes tendo como palco a Academia, há bastante tempo, e principalmente quando se percebeu a lacuna existente no texto da Constituição Federal de 1988.

A categoria de populações tradicionais e agora, de forma mais estendida, as categorias de “povos e comunidades tradicionais” ao serem instituídas pelo decreto oficial da União coloca também a “necessidade” do acompanhamento

¹⁶Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm>. Acesso em: 17 fev. 2007.

de uma política voltada para esses novos setores oficiais. Instituiu-se uma política, a PNPCT, e com ela uma comissão, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), junto ao Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Ao que tudo indica, essas categorias como atribuição de identidades singulares só são de fato reconhecidas, pelo menos no discurso o são, quando passam a ser agenciadas, supervisionadas, cadastradas por instituições e organizações. O governo seria então o melhor representante para autenticar a legitimidade desses grupos. Em concordância com o que apresenta Lobão (2006, p. 151), em recente tese de doutorado, pode-se dizer que a questão identitária, quando se trata de “populações tradicionais”, vem aparecendo, sobretudo, “na conquista de direitos materiais – a terra, o acesso a recursos e ou à reprodução social – envolto pelo discurso dos direitos de cidadania.”

Almeida e Cunha (1999, p. 6) discorrem sobre o seguinte:

Uma outra maneira de entender este processo é perceber que “população tradicional” é uma categoria ocupada por sujeitos políticos, que se dispõem a ocupá-la, comprometendo-se com certas práticas associadas à noção de uso sustentável. Nesse sentido, mesmo os mais antigos e culturalmente mais conservacionistas dos grupos humanos podem tornar-se neo-tradicionais. Isso na medida em que se constituam enquanto populações tradicionais no sentido de se comprometerem a ser *o que se espera* delas, como parte de um pacto.

Nesse sentido, não são critérios substantivos que definem o que são as novas “populações tradicionais”. Além disso, um grupo social não se torna uma “população tradicional” (agora entre aspas, para indicar o que também estamos chamando de grupos neotradicionais) em virtude de laudos antropológicos (por mais que tais laudos possam criar nichos de mercado para antropólogos) destinados a conferir se atendem ou não a uma lista de características. Os grupos assim chamados não *são* tradicionais - *tornam-se* “populações tradicionais” ao embarcarem na categoria-ônibus que lhes dá acesso a direitos territoriais e a outros direitos. Isso em troca de um preço, que são as obrigações. Essas incluem práticas sustentáveis de desenvolvimento, e formas democráticas e equitativas de vida política e social. Mas podem incluir ainda a proteção da biodiversidade, tanto de espécies como de paisagens.

Em suma, participar da categoria “populações tradicionais” significa ter uma organização local e lideranças legítimas, associar-se a tradições de uso sustentável dos recursos naturais no passado, e aderir em um território especificado ao uso de técnicas de baixo impacto ambiental no futuro. Operacionalmente é o que se verifica, por exemplo, quando da criação de uma Reserva Extrativista, através de passos que são a reivindicação da unidade por parte de uma associação ou sindicato, a realização de laudos que comprovam o estado do ambiente e a existências de formas de uso sustentáveis, e finalmente a elaboração de plano de uso e concessão de uso.

Categorias de atribuição externa muitas vezes são cunhadas com estudos de pesquisadores que mesmo trabalhando com categorias nativas de auto-identificação passam a construir categorias analíticas que podem passar a ser adotadas pelas estruturas de mediação política. Como aponta Andrade (2006, p. 53) acerca das categorias como *remanescentes de quilombos* ou *quilombola*, podemos perceber como estas bem como a categoria de populações tradicionais acabam por se tornar

categorias de enquadramento burocrático, adotadas pela burocracia estatal, por meio das quais se instituíram secretarias, departamentos, órgãos, programas, projetos, pretendendo alcançar esses grupos, desde que se enquadrem, obviamente, nas rubricas e designações oficialmente estabelecidas.

Dentre essas rubricas, citam-se aqui as que foram definidas na PNPCT, com o decreto presidencial 6.040 (BRASIL, 2007):

Daqui em diante, todas as políticas públicas, decorrentes da PNPCT, beneficiarão oficialmente o conjunto das populações tradicionais, incluindo ainda faxinenses (que plantam mate e criam porcos), comunidade de “fundo de pasto”, geraizeiros (habitantes do sertão), pantaneiros, caiçaras (pescadores do mar), ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu, ciganos, dentre outras. (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em 17 fev. 2007).

Como ficariam as categorias de auto-atribuição no caso dos “pescadores do mar” que não se identificam como caiçaras? Já que os “caiçaras” são pescadores localizados no litoral de São Paulo, no litoral sul do Rio de Janeiro e no litoral norte do Paraná, como trabalhar a categoria de pescadores do mar de outras regiões, cada qual com suas especificidades? No caso do meu trabalho, são pescadores do litoral ocidental do Maranhão, uma região do Nordeste com fortes características da Amazônia brasileira. As classificações, atribuições de categorias não são simples de serem pensadas. Na verdade, essas questões aparecem aqui mais como instigações para futuras análises do que como mote da nossa pesquisa no momento.

Mas vale a pena levar a problematização para o seguinte ponto: Como ficariam as categorias de auto-atribuição no caso dos pescadores da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu? Como pensá-los e como eles passam a se perceber quando são chamados de extrativistas, de usuários, e não raro de parceiros de um compromisso na gestão da RESEX, o que se configura no estabelecimento de um pacto, como essas categorias passam a ser internalizadas?

Essas questões passam a ser melhor trabalhadas quando procuro mapear o processo de criação da RESEX de Cururupu, trazendo à tona o discurso sobre a Ilha dos Lençóis como lócus principal que integra um patrimônio natural que deve ser conservado. Ressalta-se que, juntamente com as outras ilhas que formam o Arquipélago de Maiaú, a “ilha encantada” se destaca, posto que além de se configurar como atrativo ecoturístico, isto é, para uma clientela que associa turismo à noção de sustentabilidade, de apreciação de paisagens com o menor impacto possível ao ambiente visitado; esta localidade está também permeada de atrativos simbólicos, podendo ter tais elementos naturais e culturais de distinção arregimentados, no cenário da mercantilização, como um selo de qualidade. Daí, meu intento em agregar uma problematização sobre o discurso ambiental e o ecoturismo ao conceito de patrimônio/lugar de pertencimento dos pescadores da ilha encantada.

Mas, quando se trata da comunidade, ao que tudo indica, nota-se que a mesma pouco participou da elaboração desses projetos ecoturísticos. Uma tentativa mais próxima do objetivo proposto pelo que se concebe como desenvolvimento sustentável, participativo, foi dada com a criação da reserva extrativista. No processo de criação da RESEX é possível se traçar os interesses vários sobre a região: ideologias socioambientais, ecoturísticas, conservacionistas. Proteção de um patrimônio místico da encantaria que atravessa fronteiras, internacionalmente conhecido. Um pedaço da Amazônia que deve ser resguardado, como selo de autenticidade. Nas assembleias em que estive presente verifiquei que nas intervenções de muitos representantes da Associação dos Moradores da RESEX em sua grande maioria de pescadores (mas também poderiam ser identificados algumas marisqueiras e catadores de caranguejos), que, ainda que timidamente, termos como usuários, desenvolvimento sustentável, populações tradicionais, conservação dos recursos naturais, circulavam entre eles, e principalmente acionados quando se dirigiam aos representantes do CNPT ali presentes.

Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Quando se vai para a discussão do patrimônio natural, nota-se que a sustentabilidade dos bens, do entorno, no caso das RESEX, passa pela questão da conservação como algo mais flexível que preservação. Essas categorias (preservação e conservação) não são neutras e estão em campos de luta. Nesse sentido, trago aqui importantes reflexões de Bourdieu (2004, p. 56):

As estratégias discursivas dos diferentes actores, e em especial os efeitos retóricos que têm em vista produzir uma fachada de objectividade, dependerão das relações de força simbólica entre os campos e dos trunfos que a pertença a esses campos confere aos diferentes participantes ou, por outras palavras, dependerão dos interesses específicos e dos trunfos diferenciais que, nesta situação particular de luta simbólica pelo veredicto ‘neutro’, lhes são garantidos pela sua posição nos sistemas de relações invisíveis que se estabelecem entre os diferentes campos em que eles participam.

O que se deve chamar a atenção é para a importância da inclusão de saberes das populações afetadas pelo ecoturismo no delineamento das políticas públicas, bem como dos planos de manejo, ao se tratar de reserva extrativista. Aspectos da vida social, cultural e econômica estão imbricados. A organização dos espaços faz-se permeada de regras informais que devem ser tratadas como legítimas e, muitas vezes, bem mais eficazes que as estipuladas pelas leis formais. Ressalta-se aqui como a questão da sustentabilidade emerge como um tema que atravessa as reflexões de pesquisadores das mais diversas áreas, produtores e agentes envolvidos com o amplo debate sobre patrimônio cultural e natural.

Nessa discussão o conceito de lugar torna-se relevante, como indica Escobar (2005, p.134), “como experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa.”

É possível se fazer uma defesa do lugar sem essencializá-lo? Ainda, seguindo as indagações de Escobar (2005, p. 151), coloca-se o seguinte: “Sob estas condições, é possível lançar uma defesa do lugar na qual o lugar e local não derivem seu significado da justaposição ao global? Quem fala pelo lugar? Quem o defende?”.

Mesmo estando num contexto global onde tudo parece passível de mercantilização, inclusive lugares e as localidades que entram na política de massificação cultural, não se deve perder de vista que

o conhecimento do lugar e da identidade podem contribuir para produzir diferentes significados – de economia, natureza e deles mesmos – dentro das condições do capitalismo e da modernidade que o rodeiam (ESCOBAR, 2005, p. 161).

A “Encantaria Sebastianista”: instituição que protege ou que se quer proteger?

A questão primordial sobre o patrimônio e a sua salvaguarda, através da valorização das populações tradicionais e dos seus saberes, remete invariavelmente

ao campo de luta, simbólica ou real, sobre o território. Sabe-se que assegurar o acesso ao território significa manter vivos na memória e nas práticas sociais os sistemas de classificação e de manejo dos recursos, os sistemas produtivos, os modos tradicionais de distribuição e consumo da produção. Enfatizando-se que no território, através de sua dimensão simbólica, estão impressos os acontecimentos que mantêm viva a memória do grupo.

Através dessa dimensão, muitos poderiam alegar que uma das maneiras mais fortes de se relacionar o território às expressões de “sentimento de lugar”, de patrimônio irretocável, seria confirmando pelo que no lugar se faz para marcar na memória e demarcar através de práticas, de objetos, de laços de parentesco e, de importância ímpar em várias culturas, os sítios sagrados, os cemitérios que garantem a ancestralidade posto que ali estão enterrados seus antepassados, e muito provavelmente, os desbravadores do lugar.

No caso da Ilha dos Lençóis, essa questão é muito mais complexa, pois independente da causa da morte, pessoa alguma falecida é enterrada na Ilha dos Lençóis, a não ser nati-mortos, os “anjinhos”, que têm um lugar reservado num cajueiro, – o “Cajueiro dos Anjos”. Não há cemitério na Ilha dos Lençóis, assim como em outras ilhas que compõem a RESEX de Cururupu (Guajerutua, Iguará, Porto do Meio e Mirinzal). Os moradores não têm uma explicação muito clara sobre tal ausência. Muitos se referem às condições do solo e ao tamanho limitado (extensão) dessas localidades. Mas em Lençóis, podemos encontrar outras representações, que são interessantes para se perceber a força do imaginário sobre a “encantaria” do lugar.

Um ponto em comum que se pode extrair dos depoimentos coletados é o seguinte: os nativos de Lençóis têm medo de construir um cemitério no lugar, uma morada (no plano material) para os mortos, por causa do “encante” da ilha – mundo do fundo onde “vivem” pessoas que nunca morreram. (Cf. PEREIRA, 2000).

Em Lençóis, supõe-se que debaixo daquelas areias há um mundo da Encantaria que reproduz o mundo real, cheio de vitalidade¹⁷. E, portanto, ali, no “mundo do fundo”, não há compatibilidade entre mortos e encantados.

De qualquer forma, essa discussão, que trago aqui, é rica para a

¹⁷ Em Lençóis, ainda que não tão freqüentemente como outrora, as mulheres, principalmente, quando vão fazer carvão, em lugares bem distantes das casas, onde só há areia e um pouco de vegetação, elas sentem cheiro de café e de alho muito forte, vindo debaixo da terra. Também é comum se ouvir relato de pessoas acerca de estrondos misteriosos, como se a terra estivesse rachando, na região da “morraria”. Além disso, escutam som de tambores, canto de galo, “assovio de índio”, apito de navio, vindos não se sabe de onde, causando-lhes espanto, pois elas estão no meio de um deserto. Os nativos acreditam que esses elementos fazem parte da “cidade encantada” do Rei. Sebastião, onde existem pessoas encantadas vivendo em comunidade, reproduzindo o mundo real.

problematização sobre o patrimônio do “lugar”, na medida em que caminha por outras direções que não estão fincadas na propriedade, nem tampouco na materialidade. Muitos aspectos relacionados à Ilha dos Lençóis devem ser apreendidos pela categoria da liminaridade, o que não deve ser visto como enfraquecimento do “valor” patrimonial atribuído ao lugar, às pessoas que lá vivem e expressam suas práticas e suas crenças.

Em Lençóis não se pode falar numa memória local baseada nos antepassados ali enterrados, nem tampouco se buscar uma ancestralidade pautada em elementos da cultura material que comprovariam que os habitantes atuais seriam os donos do lugar, o que lhes garantiria a posse da terra. Considero que a discussão do patrimônio da ilha encantada passa por outros termos.

Como propõe Ost (1995) *apud* Castro (2000, p. 172), o patrimônio deve ser pensado “como instituição transtemporal e ‘translocal’, como um reservatório de possibilidades”.

O que torna a ilha um patrimônio? As várias versões sobre a encantaria poderiam ser acionadas? Tais versões por várias vezes foram captadas por pesquisadores, por jornalistas. O que já se escreveu sobre a localidade será que dá um tom de valor documental? Os narradores, por estarem situados numa ilha, onde a principal atividade é a pesca artesanal (e cuja sobrevivência está consideravelmente atrelada à influência dos ciclos lunares, das marés e, conseqüentemente, do grau de piscosidade nos pontos de pesca), remetidos a uma materialidade muito efêmera, fugaz, por conta dos bens de pouca durabilidade, precisam contar sua história, uma história relevante que a torne patrimônio?

Como ressalta Paul Little (2002, p. 10)

As relações específicas imbuídas na noção do lugar não devem ser confundidas com as da noção de originariedade, isto é, o fato de ser o primeiro grupo a ocupar uma área geográfica – o que apelaria à idéia de terras imemorais – algo difícil, senão impossível de se estabelecer, como bem mostram as disputas arqueológicas.

Se tivéssemos que trabalhar o patrimônio a partir de uma materialidade, teríamos outras pistas para serem apreendidas no processo de legitimação do direito aos moradores considerados “filhos do Rei Sebastião”. É possível, por exemplo, alinhar a questão do patrimônio com a seguinte percepção apresentada por Andrade (2002, p. 82): “o imaginário sebastianista em Lençóis também foi fortalecido pela presença de achados que assegurou à comunidade o reconhecimento do domínio de Dom Sebastião”.

Os moradores sempre contam que antigamente se encontravam muitas

coisas valiosas na praia e que se alguém ousasse sair de Lençóis com elas ou mesmo levando coisas de lá, como conchas e areia¹⁸, a embarcação não sairia do lugar: sempre aconteceria algum problema que a impedir a partida, e o mestre do barco, atento a esses acontecimentos, ordenava aos passageiros que se tivessem portando algo do lugar que o devolvessem à praia, para poderem prosseguir viagem com segurança. Mas, atualmente, isto já não ocorre, pois não se verifica mais nenhum problema ou empecilho quando alguém tira de lá alguma coisa – o que é indício da mudança do Rei D. Sebastião para outro local.

A crença na presença do Rei Sebastião, isto é, na sua encantaria na Praia dos Lençóis é reforçada também através de indícios materiais de uma riqueza que está encantada debaixo das areias e das águas que cercam a ilha, e pelo fato de que, em tempos idos, principalmente quando o lugar tinha pouco morador e era pouco visitado, encontravam-se na praia cordões, anéis, moedas, entre outras coisas, que poderiam ser consideradas “provas” do domínio do lugar por Rei Sebastião.

De acordo com Andrade (2002, p. 84):

Com o estabelecimento de uma população fixa, em fins do século XIX, esses indícios se configuraram no fortalecimento da relação dos moradores da Ilha com o Rei Dom Sebastião. Contudo, a população aumentou significativamente, nas últimas décadas, com o fluxo de pessoas vindas de outros lugares como Enseada, Macaco, Pirajuba, Pedra Preta e Turirana, que fazem parte hoje do município de Apicum-Açu. Esse adensamento populacional gerou nos principais interlocutores da crença sebastianista uma certa inquietação em relação às desordens que poderão vir da quebra da harmonia construída entre o Rei, dono da Ilha, e os moradores, seus súditos.

A questão exposta no início da minha abordagem vem para a pauta novamente: será que na localidade se propaga a idéia de que o “mal” vem de fora?. Será que o novo ameaça a ordem do lugar; ordem esta devidamente estabelecida pelo poder do Rei Sebastião?

O que percebo é que há fortes reelaborações a respeito do “novo” que chega, que pode ser acionado estrategicamente como algo bom ou como algo ruim. Nesse sentido, o que vem de fora, vem de outro lugar, e com identidades e linguagens diferenciados: pessoas de outros locais, que chegam para fixar residência ou para visitar, ou para mostrar novas realidades. E podem ser representadas, por exemplo, por pescadores de outras praias, visitantes, turistas, jornalistas, fotógrafos, pesquisadores e técnicos e analistas ambientais do IBAMA.

E os elementos *outsiders* podem perturbar o “lugar”, por este ser local de encantaria.

¹⁸ Isso me faz refletir sobre a legislação ambiental que proíbe a atividade do extrativismo de areia, pedra, entre outros, por tratar-se de recurso natural não renovável.

os locais de encantaria são descritos pelos médiuns como lugares de muita energia, de muito poder, de uma força inexplicável ou como lugares de muito mistério, de muita “mironga”, de muito segredo. [...] Os lugares mais isolados, intocados, virgens concentram mais força. É por isso que se afirma que o turismo e o afluxo de pessoas para aqueles locais pode ser prejudicial. (FERRETTI, M., 2004)

Então, a problematização sobre possíveis impactos negativos com o advento do ecoturismo não é à toa, e muito menos sobre outros elementos que são de “fora”, como as políticas conservacionistas, mesmo que voltadas à qualidade de vida da população local, que atrelam na sua composição projetos desenvolvimentistas, como o caso da energia elétrica, ainda que tida como “alternativa”, de baixo impacto ambiental. São elementos externos, que aos poucos vão cercando a localidade.

Ainda que a RESEX em pauta tenha sido criada recentemente, observa-se uma certa organização por parte dos membros da Associação dos Moradores da RESEX, com o apoio do CNPT/MA, no sentido de acionar mecanismos de controle, no que se refere a construções irregulares e à especulação imobiliária. Mas o maior desafio é daqui para frente assegurar a legitimidade do processo participativo, o que garantiria às comunidades o poder de decidirem sobre as possíveis alternativas econômicas a serem implantadas na gestão da Reserva.

O planejamento do ecoturismo, como estratégia de desenvolvimento para a região, deveria, portanto, levar em conta não só a superação das deficiências discutidas, mas também permitir um diálogo efetivo com a população residente no interior da RESEX, a fim de que as “populações tradicionais” não sejam apenas lembradas no marketing do ecoturismo, mas principalmente em seus direitos e, principalmente, como tomadores de decisões.

Tendo em vista uma ênfase nos discursos sobre patrimônio no âmbito da demarcação de UCs, e da propaganda de lugares veiculadas no mercado turístico, deparamo-nos com um conjunto de processos e de movimentos de patrimonialização. Ganha assim o dito “patrimônio” uma dimensão social, dinâmica e plural. No fundo, vemos uma grande variedade de atores em jogo, a favor ou contra a instituição de certas realidades como patrimônio coletivo, espécie de certificado de identidade, de unicidade, de autenticidade, e, portanto, de valor. Esses processos não são, em geral, desinteressados; ao contrário, visam afirmar a qualidade, especificidade ou tipicidade de certos produtos, serviços, ou locais, que têm um valor econômico acrescentado se ganharem “imagem de marca”, ligada a uma certa localização (mitificação do lugar como “selo de autenticidade”).

Populações que foram deliberadamente esquecidas passam a fazer parte de uma nova lógica que insere o discurso ambiental com forte apelo ao mercado do turismo. A Ilha dos Lençóis passa a ser vista em suas características peculiares

passíveis de serem potencialidades no processo de mercantilização dos bens naturais. Percebo que cada vez mais estes bens passam a ser considerados compatíveis com o patrimônio intangível, que ratificam a imagem, a vitrine, em que é posta a “ilha encantada”, tanto no discurso do ecoturismo como também no das unidades de conservação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa de; CUNHA, Manuela Carneiro da. (1999). In: **Biodiversidade Amazônia** (consulta 99). Programa Nacional da Diversidade Biológica. Seminário de Consulta, Macapá, 21 a 25 set. 1999. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/inst/sem/amazonia/macapa/doc.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2006.
- ANDRADE, Joel Carlos de Sousa. (2002). **Os filhos da lua**: poéticas sebastianistas na Ilha dos Lençóis-MA. Fortaleza. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará.
- ANDRADE. Maristela de Paula. (2006). “Quilombolas – etnicidades emergente?: subsídios para uma discussão”. **Ciências Humanas em Revista**, São Luís: EDUFMA, v.4, n.1, p.49-60, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. (2004). **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm>. Acesso em: 17 fev. 2007
- COLLET, S. (1993). **Uomini e Pesce**. *La caccia al pesce spada tra Scilla e Cariddi*. Milano: Giuseppe Maimone Ed.
- CONAN, M. (1997). *A natureza, a religião e a identidade americana*. In: BOURG, D. (Org.). **Os sentimentos da natureza**. Lisboa: Instituto Piaget, Ed. de la Découverte.
- CASTRO, Edna. (2000). Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB-USP. p. 165-182.
- DIEGUES, Antônio C. S. (2004). **O mito moderno da natureza intocada**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB/USP.
- _____. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. (2000). In: _____. (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB-USP.
- _____. **Ilhas e mares: simbolismo e imaginário**. (1998). São Paulo: HUCITEC/NUPAUB/USP.
- _____. *As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais*. (1998). In: SERRANO, Célia M. T.; BRUANS, Heloísa T. (Orgs.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas: Papirus. p. 85-102.

ESCOBAR, Arturo. (2005). O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgar (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 134-168.

DISCONZI, Gislane. (2002). **Lauda biológico da reserva extrativista marinha de Cururupu**. São Luís: IBAMA.

FERRETTI, Mundicarmo. (2000). **Desceu na guma: o caboclo do tambor de mina no processo de mudança de um terreiro de São Luís: a Casa de Fanti-Ashanti**. 2. ed. rev. e atual. São Luís: EDUFMA.

_____. (2004). Lugares sagrados e encantarias maranhense. Simpósio: Territórios étnicos e conflitos na Base de Lançamento de Alcântara, 56. **Reunião Anual da SBPC - Regional**, São Luís, 2004. Disponível em: <http://200.189.244.60/programa_sbpc56ra/sbpccontrole/textos/MundicarmoFerretti.htm>.

Acesso em: 18 set. 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. (2003). Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP & A.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. (1983). **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense.

JAFARI, Jafar. (1990). Research and scholarship. The basis for tourism education. **The Journal of Tourism Studies**, v. 1, n.1, p. 33-41, maio 1990.

LÉVI-STRAUSS, C. (1975). **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, cap. XI, p. 237-265.

LITTLE, Paul. (2002). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, n. 322. Brasília: UnB/Dept. de Antropologia, 2002. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2007.

LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira. (2006). **Cosmologias políticas do neocolonialismo: como uma política pública pode se transformar em uma política do ressentimento**. Brasília, 313 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) - Universidade de Brasília. MARANHÃO (Estado). (2000). Gerência de Planejamento e s unidaDesenvolvimento Econômico. **Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão: plano maior**. São Luís: GEPLAN.

PEREIRA, Madian de Jesus Frazão. (2000). **O imaginário fantástico da Ilha dos Lençóis: estudo sobre a construção da identidade albina numa ilha maranhense**. Belém, 163 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Pará.

_____. (2007). **O patrimônio da ilha encantada do Rei Sebastião: bens simbólicos e naturais da Ilha dos Lençóis no cenário do ecoturismo e das unidades de conservação**. João Pessoa, 260f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba.

SIMMEL, Georg. (1983). **Sociologia**. Organizador da coletânea: Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Ática.

Endereços eletrônicos

<<http://www.academiadosamba.com.br/01passarela01.htm>>. Acesso em: 23 fev. 2006.

<<http://www.ma.gov.br/turismo/noticias.php?Id=187>> . Acesso em: 02 jan. 2005.

<<http://www.mma.gov.br/port/sca/proeco/maranao1.html>>. Acesso em: 03 fev. 2005.

<<http://www.geplan.ma.gov.br/turismo/floresta.htm>>. Acesso em: 23 out. 2003.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm>. Acesso em 17 fev. 2007.

Resumo

Este artigo tem como objetivo abordar os processos que envolvem a construção do patrimônio da Ilha dos Lençóis, com ênfase em construções simbólicas que a designam como uma “ilha encantada” e como um “lugar” com características singulares consideradas elementos atrativos para empreendimentos que propalam o conceito de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Ilha dos Lençóis, patrimônio, ecoturismo, “encantaria sebastianista”

Abstract

This paper has as objective to approach the processes that involve the construction of the patrimony of the Ilha dos Lençóis (Island of Lençóis), with emphasis in symbolic constructions assign it as an “enchanted island” and as a “place” with singular characteristics considered attractive elements for enterprises divulge the concept of sustainable development.

Key-words: Ilha dos Lençóis, patrimony, ecotourism, “encantaria sebastianista”

TEXTO RECEBIDO EM ABRIL DE 2009 E APROVADO EM OUTUBRO DE 2009.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A Revista Política & Trabalho, editada semestralmente pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, aceita propostas de artigos inéditos para publicação. Todos os trabalhos que não tenham sido explicitamente encomendados aos seus autores, através de correspondência oficial da Comissão Editorial, serão submetidos à avaliação do Conselho Editorial, ao qual cabe a decisão final sobre sua publicação. O Conselho Editorial reserva-se, ainda, o direito de sugerir ao autor modificações de forma, com o objetivo de adequar o texto às dimensões da revista ou, do mesmo modo, ao seu padrão editorial e gráfico. O recebimento dos artigos para avaliação prevê, também, as seguintes normas:

1. Os artigos devem ter entre 15 e 25 páginas. Devem ser entregues 03 (três) cópias impressas em papel formato A4, sendo 02 (duas) dessas cópias sem a identificação do autor do texto. Também deve ser entregue 01 (uma) cópia em CD.
2. O texto deve estar digitado no programa processador de textos Microsoft Word for Windows versão 2000 (9.0), ou superior, com espaçamento entrelinhas duplo, fonte Times New Roman em corpo 12.
3. No final do texto devem constar 02 (dois) resumos de, no máximo, 05 (cinco) linhas, sendo um em português e o outro em inglês ou francês. Junto aos resumos devem constar, ainda, 03 (três) palavras-chave, para efeito de classificação bibliográfica.

(OBS: não serão aceitos trabalhos para avaliação sem os respectivos resumos e palavras-chave).

4. As citações, quando existirem, caso excedam a extensão de 03 (três) linhas devem estar destacadas do corpo do texto.
5. As referências bibliográficas existentes no corpo do texto devem seguir a norma ABNT NBR-6023 (out./ 2000), ou o comumente chamado “sistema autor/data”. Exemplo: (Marx, 1847, p. 25-32).
6. A relação da bibliografia consultada para a elaboração do trabalho, cuja presença ao final do texto é obrigatória, deve conter todas as obras mencionadas nas referências do corpo de texto e nas citações. Exemplo:

Livro

SACHS, Ignacy. (1986). *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2 ed. São Paulo: Vértice.

Artigo

REIS, Elisa. (1982). “Elites agrárias, state-building e autoritarismo”. *Dados*, 25, 3: 275-96.

Coletânea

ABRANCHES, Sérgio Henrique. (1987). “Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975”, in: O. B. Lima & S. H. Abranches (org). *As origens da crise*. São Paulo: Vértice.

Teses acadêmicas

SGUIZZARDI, Eunice Helena. (1986). *O estruturalismo de Piaget: subsídios para a determinação de um lugar comum para a Ciência e a arquitetura*. Dissertação de mestrado. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

7. O artigo deve conter, ainda, em sua primeira página, como nota de rodapé, o vínculo institucional do autor e, quando necessário, indicação da entidade patrocinadora do trabalho ou evento e data em que foi originalmente apresentado, quando o texto for resultado de comunicação oral.
8. Em anexo ao trabalho deve constar o endereço para correspondência do autor e, caso exista, número de fax e/ou e-mail, além do endereço postal.
9. *Política & Trabalho* também recebe livros para resenhas/ divulgação de lançamentos e outras comunicações, que devem ser enviados (as) para o editor da Revista.
10. O envio espontâneo de qualquer colaboração implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais à Revista *Política & Trabalho*. A revista não se obriga a devolver os originais das colaborações enviadas.
11. Os trabalhos deverão ser enviados para o seguinte endereço:

Universidade Federal da Paraíba

Revista *Política & Trabalho*

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - Bloco V

Campus I - Cidade Universitária

Castelo Branco

CEP 58051-970

João Pessoa - Paraíba - Brasil

